

RESUMO - COM COMUNICAÇÃO PRESENCIAL - GT 04:
ESPIRITUALIDADES E EDUCAÇÃO: EPISTEMOLOGIAS EMERGENTES,
FORMAÇÃO HUMANA E HORIZONTES METODOLÓGICOS

**CURRÍCULO, ALTERIDADE E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA COMO
HORIZONTE FORMATIVO: RELATOS SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA E
CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO NOROESTE GAÚCHO**

Alessandro Bartz (alessandro.bartz@est.edu.br)

Este trabalho discute os limites da tolerância como princípio da educação escolar e analisa a interculturalidade crítica como horizonte epistemológico e formativo para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica. Ancora-se em Walsh, Quijano, Dussel e, especialmente, na ecologia de saberes e na crítica ao extrativismo cognitivo de Sousa Santos, articulando a ética da alteridade de Lévinas. Sustenta-se que reconhecer o outro como produtor legítimo de conhecimento, e não apenas tolerá-lo, implica descolonizar as estruturas que definem o que conta como saber, incluindo os saberes territoriais, orais e ancestrais, nos quais cosmovisões e sentidos de mundo são indissociáveis do ato de conhecer.

Combinam-se, em abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2006), complementada por análise de conteúdo (Bardin, 1977) para organização das categorias e frequências. O corpus reúne 100 textos produzidos por estudantes de graduação como atividade avaliativa de um componente curricular e anonimizados: 37 reflexões

individuais sobre a presença ou ausência de conteúdos da Lei nº 10.639/2003 em suas trajetórias escolares e 63 relatórios de entrevistas com docentes da Educação Básica do noroeste do Rio Grande do Sul sobre o ensino da cultura indígena, à luz da Lei nº 11.645/2008.

No contexto estudado, concentrado no Rio Grande do Sul, os resultados indicam um padrão convergente: legalmente obrigatório, o tema permanece institucionalmente frágil, restrito a datas comemorativas, dependente da iniciativa docente individual e marcado por representações estereotipadas ou folclorizadas, sobretudo pela cristalização do indígena no passado. Nos relatos analisados, nem mesmo o Ensino Religioso, em tese um componente propício ao reconhecimento da pluralidade de matrizes culturais e religiosas, alterou esse cenário formativo na Educação Básica. Metodologias ativas e documentários aparecem em 57 dos 63 relatórios sobre a cultura indígena, e a regionalização em torno dos povos Kaingang e Guarani, em 21, como compensação individual à insuficiência dos materiais. Os dados sugerem que a colonialidade do saber opera por silenciamento diante de conflitos já manifestos, no caso das relações raciais, e por invisibilização curricular prévia, no caso indígena.

Reconhecem-se os limites do desenho: relatos mediados pela escrita estudantil, eficácia das experiências conhecida apenas pela percepção de quem as relata e ausência da voz direta de sujeitos negros e indígenas. Esses limites são assumidos como parte da tensão decolonial que o estudo discute e como contribuição aos horizontes metodológicos de pesquisar a diferença. Os achados sugerem que formar para a diferença demanda formação docente continuada, materiais com autoria negra e indígena, institucionalização do contato direto e integração curricular contínua, e não a alocação do tema em um componente específico, o que redefine a formação humana e docente para além da inclusão pontual de novos temas.

Palavras-chave: interculturalidade crítica; ecologia de saberes; epistemologias do sul; alteridade; formação docente.